



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680070 - RJ (2021/0218867-0)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MATHEUS CESAR PONTE LOUZADA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATHEUS CESAR PONTE LOUZADA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Processo n. 0168118-04.2018.8.19.0001).

O paciente foi condenado à pena de 1 ano e 6 meses de reclusão em regime semiaberto pela prática do crime previsto no art. 180, *caput*, do Código Penal e à pena de 7 meses de detenção por dirigir sem habilitação, nos termos do art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro.

A impetrante sustenta ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a reincidência, por si só, não é argumento capaz de impedir a aplicação do art. 44 do Código Penal inviabilizando a substituição da pena.

Requer, em liminar e no mérito, a concessão da ordem a fim de substituir a pena privativa de liberdade imposta ao paciente por uma restritiva de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente